

**CONSTRUÇÃO DO FUTURO: VALORES  
NECESSÁRIOS PARA UMA CONVIVÊNCIA  
SOCIAL E ECONÔMICA**

*João Batista Libanio SJ*

Os horizontes da política se estendem como as ondas concêntricas de lago tranqüilo ao ser ferido por uma pedra. As preocupações dos humanos se ampliam ultrapassando a pequenez da família, das fraternias, das tribos, dos clãs, dos feudos, dos Estados-nação para agora atingir o conjunto da humanidade.

Em cada momento do percurso histórico, criaram-se estruturas jurídicas que garantiam os direitos e exigiam os deveres sociais. No momento, assistimos à agonia do Estado-nação com todo o arcabouço de instituições conexas. E ainda não se construíram estruturas correspondentes a esse novo momento da humanidade.

O processo de globalização da vida humana parece emergir de interesses econômicos. Estes estão a pedir decisões políticas que necessitam do respaldo cultural para suportar o tempo. Nessa trajetória surgem muitos percalços.

## ***1. Os limites da democracia eleitoral***

Conhecemos e vivemos a democracia representativa como o melhor regime até então experimentado. Ela escolhe os seus dirigentes pela via eleitoral à base do número e não da qualidade do voto.

Até hoje tem-se tido dificuldade de diferenciar os votos. Eles valem pela quantidade. Portanto, os projetos, os partidos, as pessoas são escolhidos à medida que satisfazem ou, ao menos, conseguem parecer satisfazer às necessidades, aos desejos da maioria da nação.

Tal fato condiciona altamente os projetos que devem visar diretamente aos interesses nacionais imediatos e, em geral, de natureza econômica. Diz-se popularmente que se vota com a mão no bolso.

Aumenta ainda a complexidade do sistema eleitoral a crescente presença e poder da mídia. Pode-se dizer, sem exagero, que não se vota em pessoas nem em partidos, mas nas imagens que a mídia veicula dessas pessoas e partidos. Assumem, por isso, importância decisiva as empresas de marketing. Não ganham as eleições nem a pessoa mais competente nem o partido com o melhor programa, mas quem conseguir responder melhor às demandas da opinião pública em determinado momento. Por isso, as sondagens de opinião acompanham todo o processo eleitoral e a luta se trava realmente nesse nível.

A luta ideológica, de princípios, de doutrina, de valores cede lugar para a luta de imagens que se dirigem diretamente ao mundo consciente e inconsciente do eleitor. Isto explica, p. ex., que em nosso país as regiões mais pobres e despreparadas culturalmente votam em candidatos que defendem os interesses mais retrógrados em benefício de oligarquias secularmente exploradoras dos mesmos pobres. Mas elas conseguem passar a imagem de segurança, de garantia, de proteção em contraste total com a prática que exercem em seus mandatos legislativos ou executivos.

Essa grave deficiência do sistema democrático eleitoral dificulta enfrentar muitas vezes não só os reais problemas nacionais, mas muito mais ainda problemas que afetam a humanidade. Com efeito, a resposta aos interesses imediatos das nações ou até mesmo a ilusão de resposta não conduzem, por mão invisível, ao bem da humanidade. Pelo contrário, tem-se constatado que os interesses imediatos das pessoas e das nações sobretudo ricas, que detêm a maioria dos bens, contrariam os interesses dos mais pobres e até mesmo ameaçam a longo prazo os da humanidade. Todo mundo sabe que a poluição produzida pelos países mais ricos compromete a vida do cosmos. Mas que governo tem força para mudar a política do meio de transporte

privado em benefício do público, contrariando as montadoras transnacionais de autos?

A dificuldade fundamental, a meu ver, situa-se quer do lado das maiorias nas nações como do de seus governantes. As massas não são heróicas, nem de visão ampla. Vivem do aqui e agora imediato no nível bem material. Dificilmente enxergam um horizonte mais amplo e não se deixam seduzir por ele. Não têm possibilidade de perceber a gravidade de muitos problemas que ameaçam a vida da humanidade e do planeta. Estão para além de sua capacidade de captação.

Ora bem, são estas maiorias que escolhem seus líderes. Eles procuram responder a seus interesses e desejos para poder ser eleitos. Muitos participam da mesma visão curta. Outros talvez mais lúcidos tivessem, em si, capacidade de vislumbrar os problemas que afetam toda a vida humana e do cosmos e saídas para eles. Mas, se apresentassem em suas plataformas eleitorais algum programa político, que caminhasse p. ex. no espírito do Clube de Roma<sup>1</sup>, não teriam a mínima chance de ganhar alguma eleição. E, se uma vez no poder, pensarem em ser reeleitos, só o conseguirão se satisfizerem os interesses menores das maiorias e não se empenharem em grandes projetos humanitários.

O mais terrível é que isso vale das grandes nações, onde líderes, às vezes, tomam decisões nefastas para o conjunto da vida humana para responder aos interesses menores de seu país. Para ganhar a eleição, provocam uma guerra. Ou para garantirem certa segurança militar, efetuam explosões nucleares, como há alguns anos o Governo francês, malgrado protestos de instituições mundiais de credibilidade por causa dos riscos para a ecologia.

Talvez um outro dos exemplos mais terríveis seja a indústria bélica, e, até certo ponto, também a indústria do narcotráfico. Ambas indústrias de morte. Mas aí estão em jogo gigantescos negócios, fortunas astronômicas, comércio de alta rentabilidade. Não há força política que queira e consiga impedi-las.

Um programa mundial de todas as nações no desmonte absoluto de toda indústria bélica com controle mundial e destruição gradual dos arsenais bélicos não só aumentaria a segurança mundial, diminuiria o risco de uma destruição de toda a vida do cosmos, como também permitiria economias enormes serem investidas em setores humanitários. Trata-se de mais um caso em que ou todos o fazem ou ninguém o fará. Pois existem riscos enormes de que uma nação se aproveite do desarmamento das outras e se torne uma ameaça mundial de possível agressão.

---

<sup>1</sup> CLUBE DE ROME, *Halte à la croissance?*, Paris: Fayard, 1972.

Surge também com a crescente consciência ecológica o incentivo a investimentos na recuperação da natureza. E, no mundo inteiro, há quantidade incalculável de regiões necessitadas de melhoria ecológica.

Os dirigentes das nações carecem de liberdade para tomar decisões em benefício da humanidade, quando estas implicam algum sacrifício econômico de seu povo. Se o fizessem, seriam, provavelmente, punidos com eventual derrota eleitoral.

Com o atual sistema de sondagem de opinião, os políticos se tornam escravos dele. Não dão um passo sem medir suas repercussões. E estas vêm das maiorias que, na pequenez de seu horizonte, não conhecem senão os interesses materiais imediatos.

Hoje para o cenário político mundial e para o jogo de interesse das grandes nações não há muitas possibilidades de construir-se um futuro melhor para a humanidade. Ainda se caminha ao ritmo dos passos pequenos das necessidades imediatas. Planejam-se ajustes fiscais para promover novo ciclo de capitalização, para criar empregos dentro do país, mesmo à custa da expulsão de estrangeiros. Enxuga-se o Estado de Bem-estar Social em vista de maior ganho das empresas com menos garantia para as pessoas.

Além do mais, o espectro das necessidades dos habitantes dos países amplia-se ilimitadamente, impelido e açulado pelos desejos que, por sua vez, são alimentados pelo impulso consumista. E na base está o comércio que precisa de comprador. E, desta sorte, nunca haverá superávit para ações de alcance internacional.

Esta engrenagem inexorável é accionada pelos jogos econômicos de horizontes curtos em feroz concorrência. Se algum membro da corrida competitiva se deixasse encantar por algum sonho humanitário de longa envergadura, amanhã perderia a concorrência e iria à falência.

Vive-se hoje no mundo econômico, como efeito da globalização, situação tal que ou todos tomam uma medida que os faça menos correntes em nome de valor maior ou ninguém o fará. Se o fizer solitariamente paga com a morte econômica a ousadia humanista.

Isso vale de empresários em concreto, de consórcios maiores, de nações. Estas vinculam-se cada vez mais umas com as outras. Cada vez menos uma tem liberdade de tomar decisões sem levar em consideração a concorrência que pode sofrer por parte das outras.

## ***2. A possibilidade de outras instituições***

Nessa conjuntura, aparece a importância da religião e de seus líderes. Eles não dependem dos interesses imediatos e materialistas de nenhuma nação em particular. Em geral, ou são escolhidos por grupos

plurinacionais ou impõem-se por seu carisma religioso ou por ambos. Em todos esses casos, esta situação lhes dá enorme liberdade.

Haja vista o caso das duas guerras do Golfo. Na primeira guerra, quando os países da Europa se viam atados, como caudatários políticos dos USA, sem liberdade para opor-se a tal guerra, mesmo considerando-a injusta, João Paulo II foi o único líder mundial que a repudiou. Não se sentia preso a nenhum dos lados beligerantes. Movia-o o sentido espiritual e ético. Mais dramaticamente ainda a figura do Papa emergiu corajosa na oposição radical à invasão do Iraque pelas forças anglo-americanas.

Os governos perdem facilmente o sentido ético em suas decisões por causa das tramas políticas imediatas. A falta de ética é condicionada pela situação, onde não vigem valores perenes, absolutos.

Os líderes religiosos, além do mais, desenvolvem uma sensibilidade humana que os faz mais próximos dos problemas que afetam a vida da humanidade. Não se prendem ao consumismo e materialismo reinantes e muito menos à cadeia inflexível que une lucro, fomento de desejos e necessidades<sup>2</sup>.

As religiões possuem experiências espirituais milenares. Haurem de suas tradições elementos importantes para criar projetos para a humanidade. Têm maior possibilidade de desenvolver a consciência dos riscos que se correm de destruição da vida do cosmos e, por conseguinte, de toda a humanidade.

O teólogo alemão J. Moltmann, morando no coração da Europa e conhecedor dos horrores destrutivos da guerra, tem alertado, em seus escritos, para tais perigos. “A era da subjetividade e do domínio mecanicista do mundo chegou aos limites definitivos através da contínua destruição da natureza pelas nações industriais e pela crescente auto-ameaça da humanidade através do armamento nuclear. Nestes limites existe somente ainda uma alternativa realista à destruição universal: A comunhão ecológica universal, não-violenta, pacífica e solidária”<sup>3</sup>.

As religiões têm condições de propor esta comunhão ecológica universal e mobilizar as pessoas nessa direção. Pois elas tocam o mais pro-

---

<sup>2</sup> J. M. SUNG, *Deus numa economia sem coração: pobreza e neoliberalismo: um desafio à evangelização*, São Paulo: Paulinas, 1992; J. M. SUNG, *Teologia e economia: repensando a Teologia da Libertação e utopias*, Petrópolis: Vozes, 1994; J. M. SUNG, “Desejo mimético, exclusão social e cristianismo”, *Perspectiva Teológica* n° 26 (1994) 341-356.

<sup>3</sup> J. MOLTSMANN, *Deus na criação: doutrina ecológica da criação*, Petrópolis: Vozes, 1993, p. 31.

fundo do ser humano e conseguem falar-lhe. Passeiam pelo interior dos arquétipos fundamentais que lançam raízes no mais longínquo de nossas experiências. A partir daí, levantam bandeiras e causas que ultrapassam os interesses regionais e locais.

As religiões mundiais já têm promovido encontros em vista de traçar normas éticas para a humanidade<sup>4</sup>. Empenhado num Projeto de Ética Mundial desde o diálogo inter-religioso, H. Küng, de maneira apodítica e clara, propõe três teses: “Não haverá coexistência humana sem uma ética mundial por parte das nações. Não haverá paz entre as nações sem paz entre as religiões. Não haverá paz entre as religiões sem o diálogo entre as religiões”<sup>5</sup>. Em outro momento, afirma categoricamente: “Não haverá sobrevivência para a humanidade sem uma ética global”<sup>6</sup>. E esta não se construirá sem a colaboração das religiões.

Além das tradições religiosas mundiais, existem, no momento, instituições e movimentos importantes que pensam no futuro da humanidade para além dos proveitos nacionais.

Antes de tudo, está a ONU. Ela e instituições anexas têm promovido uma série de encontros mundiais sobre temas fundamentais para a sobrevivência e melhoria de vida da humanidade. À guisa de exemplo, podem-se citar as Conferências Mundiais: Habitat I (Vancouver, 1976), Meio Ambiente (Estocolmo, 1972), Eco-Rio (1992); Habitat II (Istambul, 1996); População e Desenvolvimento (Bucareste, 1974; México, 1984; Cairo, 1994), Direitos Humanos (Viena), Fome (Roma, 1974, 1996), Mulher (China, 1995), Prevenção do Crime (Cairo, 1995), Desenvolvimento Social (Copenhagem, 1995), Contra o racismo (Durban, África do Sul, 2001), Sobre os países menos avançados (Bruxelas, 2001), Cúpula Mundial Rio+10 (Johannesburg, África do Sul, 2002), Desarmamento (Bruxelas, 2003) e tantos outros Encontros, Reuniões de Cúpula, etc.

No entanto, falta à ONU algo elementar. Sofre de um vício de nascimento. Cabe a algumas nações o direito arbitrário do veto. E, muitas vezes, são essas nações que promovem ações devastadoras para a vida da humanidade e do cosmos e qualquer medida de prevenção ou punição contra elas esbarram no seu veto. Além disso, a dependência econômica da contribuição mais substancial de algumas nações a torna vulnerável ao jogo manipulador e chantagista dessas nações.

---

<sup>4</sup> PARLAMENTO DAS RELIGIÕES MUNDIAIS, “Encontro de Chicago, 28/agosto - 5/set 1993”, *SEDOC* 26/241 (1993) 293-305.

<sup>5</sup> H. KÜNG, *Projeto de Ética Mundial: Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*, São Paulo: Paulinas, 1992, p. 186.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 13.

E recentemente assistimos ao terrível precedente de uma guerra preventiva, desencadeada pelos EE.UU. contra o Iraque, sem assentimento do Conselho de Segurança da ONU, segundo disposição da própria ONU. Os EE. UU. descreditaram-lhe a autoridade. Mas mais vergonhosamente se conspurcaram, passando por cima da lei e da ética.

As resoluções da ONU, por mais justas e relevantes que sejam, não dispõem de força de coação que obrigue o cumprimento. Assim, países poderosos têm desprezado olímpicamente algumas de suas decisões. Falta um tribunal jurídico isento e eficiente, cujas decisões se tornem absolutamente obrigatórias para todos. Existe o Tribunal, mas as sentenças são ora aceitas, ora não, por nações que se julgam acima da lei.

A esperança desloca-se para outras instituições e movimentos mundiais, cuja força permanece puramente no campo da convicção, da ética, da credibilidade. Posto não detenham poder de coação, têm conseguido embargar alguns projetos nefastos para a vida, dificultar decisões arbitrárias, forçar instituições econômicas mundiais a não subsidiarem países que não observem regras humanitárias em seus projetos. Aí estão os movimentos sociais, o Fórum Social Mundial, as mobilizações locais e mundiais por causas humanistas. Eles têm aberto esperança de força nova de pressão, não presos aos cânones das nações poderosas, mas movidos por princípios éticos e humanitários.

### ***3. O horizonte último das aspirações da humanidade***

A consciência do Ocidente já conseguiu depois de longo percurso histórico estabelecer realmente os verdadeiros critérios para a convivência humana. A bandeira da Revolução Francesa e a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU traçam, de veras, um projeto de humanidade e certamente conseguem garantir a vida humana.

A tríade “liberdade, igualdade e fraternidade” continua ainda sendo maravilhoso ideal para a humanidade. Talvez se deva, sim, repensar, como ela vem sendo entendida e praticada. A partir daí, reorientar a trajetória do futuro.

Antes de tudo, cabe afastar a ideologia da “mão invisível”. A busca do bem dos indivíduos não conduz necessariamente ao bem da comunidade. A busca do bem das comunidades não faz o bem das nações. Cada nação buscando seu bem, não haverá necessariamente um bem maior para a humanidade. Isso acontece porque estas buscas não se

fazem no mesmo nível de igualdade e de liberdade. Por isso, vale antes refletir sobre essas condições básicas.

Há, na verdade, uma versão burguesa dos valores da Revolução Francesa em detrimento das imensas maiorias. A maneira como as classes burguesas reivindicaram sobretudo a liberdade e a igualdade tem mostrado que não foi suficiente para que esses direitos se tornassem universais. Quando a liberdade e a igualdade favorecem somente um pequeno grupo, implantam-se, no fundo, a dominação e a desigualdade.

Em que sentido então se pode falar de **igualdade**? Não em referência às necessidades, nem aos desejos, nem às capacidades. A própria natureza proveu generosa pluralidade entre as pessoas de maneira que a igualdade, neste caso, suporia enorme violência. Onde então a igualdade?

A igualdade entre os pretendentes e parceiros de um negócio, de uma contenda, pessoas ou nações, deve manifestar-se no mesmo nível de informação, de poder e de direitos. Duas transportadoras disputam a concorrência no preço do frete. Uma conhece uma estrada mais curta que a outra desconhece e com isso ganha a concorrência. Não houve igualdade de condições. Agora, se ambas conhecem as estradas, então podem, sim, concorrer lealmente, mesmo que uma queira escolher a estrada mais longa por outras razões. Aí entram em jogo a liberdade, o risco, a competência.

No mundo atual, vive-se o oposto da igualdade. As informações necessárias para dominar o adversário são cada vez mais privatizadas, guardadas secretamente para aproveitar-se delas em benefício próprio em detrimento de quem não as possui. Por isso, a distância entre os países ricos e pobres cresce, precisamente devido à falta de igualdade no mundo do saber.

Um exemplo diário mostra ainda mais claramente a importância da igualdade de saber e a injustiça no aproveitar-se de sua desigualdade. Alguém quer vender o seu automóvel usado. Só ele conhece as avarias que o veículo já teve. O comprador, desconhecendo-as, poderá ser ludibriado no preço. Se o vendedor passasse exatamente os dados, então em igualdade de situação no nível do conhecimento, ser-se-ia justo.

A igualdade deve estender-se ao campo do poder. Que igualdade existe numa luta entre um boxeador contra um incauto pretendente? A igualdade deveria colocar as pessoas, as nações, os contratantes no mesmo nível de poder para que se tomem as decisões justas. Aproveitar a situação de dificuldade econômica de alguém para então com-



prarlhe um bem a preço menor e até mesmo irrisório é violentar a igualdade, é injustiça. Tais situações acontecem em nível de nações. Sabemos que as dívidas externas cresceram, em grande parte, pelo simples aproveitar-se da força econômica do país credor a respeito do devedor, aumentando arbitrariamente as alíquotas.

Um terceiro nível de igualdade refere-se aos direitos. Em condição diferente de direitos, não há igualdade, nem justiça. Em outras palavras, onde reinam os privilégios do dinheiro, da raça, da cultura, da religião, da ideologia, não há igualdade fundamental. Se dois grupos econômicos entram numa concorrência e um tem o direito a um crédito mais barato que o outro, evidentemente ele está em condição privilegiada e injusta para ganhar a concorrência. Não se trata da diferença de competência, de esforço, da capacidade de trabalho, que nascem da liberdade e da natureza, mas de uma diferença injusta anterior ao trabalho e ao esforço.

Não se pode pensar uma ordem mundial justa sem que se estabeleçam níveis de igualdade no saber, no poder e nos direitos. Resta, portanto, enorme caminho para que se promova a igualdade entre os povos, os grupos humanos, as pessoas, e, destarte, se crie uma humanidade justa no futuro.

A **liberdade** é outro horizonte para a convivência humana. Reflitamos sobre sua natureza metafísica e social. Trata-se da liberdade do ser humano. Esta se realiza, na realidade mais profunda, não na possibilidade de escolha entre uma gama maior de bens, mas na relação com outras liberdades. Pois, do contrário, dever-se-ia dizer que alguém que frequenta um supermercado moderno exerce mais sua liberdade que aquele que compra numa vendinha do interior. No supermercado existem infinitas possibilidades de escolha e na vendinha o campo é enormemente mais restrito. Levar-se-ia, nesse caso, à terrível lógica de que o crescimento das ofertas consumistas implica uma ampliação do espaço da liberdade. E a experiência tem mostrado o contrário. As pessoas se escravizam diante do esfuziante consumismo até a exaustão decisional.

O campo privilegiado da liberdade é o confronto com outras liberdades. O ideal da liberdade é lutar para que todos se situem num patamar mínimo de liberdade para assim confrontar-se com outra liberdade. Enquanto as condições de liberdade existirem somente para alguns, estes não a exercem na relação com os outros que estão fora dessas condições. Faz-se mister que as pessoas estejam situadas nas mesmas condições de igualdade, no sentido visto acima.

Transpondo tal reflexão para o nível das nações, só haverá liberdade quando as nações dialogantes se encontrarem todas no patamar de

possibilidade de exercer sua liberdade. Do contrário, temos dominação. A liberdade supõe igualdade. A igualdade favorece o exercício da liberdade. Por isso, é contrário e incoerente defender a bandeira da liberdade e, ao mesmo tempo, manter situações fundamentais de desigualdade. Há uma inconseqüência de base, quer em nível pessoal, quer social.

Daí se segue que a defesa da liberdade por muitos países, que a identificam com seu regime democrático, no fundo, é ilusão e engodo. Palavras de chefes de Estados democráticos com loas à liberdade e à democracia, mas que mantêm sistematicamente a desigualdade de informação, de poder e de direitos, não passam de jogo ideológico, sem consistência ética.

Evidentemente, um país que se prevalece de seu poder para barganhar não exerce a liberdade, mas a imposição. Não existe liberdade de um lado só. O senhor não é livre diante do escravo, enquanto o escravo não se libertar para ser um sujeito dialogante. O mesmo vale no nível das nações.

A humanidade crescerá em liberdade não através simplesmente da proliferação de estados democráticos, mas fundamentalmente no estabelecimento de condições de igualdade entre as nações para que seja possível a liberdade entre suas relações. Por isso, tanto mais avança o mundo na liberdade quanto mais as relações econômicas, políticas e culturais se fundarem na igualdade dialogante entre as nações.

A terceira consigna da Revolução Francesa é a **fraternidade**. Talvez seu nome moderno seja hoje solidariedade. Aqui se abre um espaço ainda maior para o futuro da humanidade.

Antes de tudo, parece que já não seja possível com clarividência pensar soluções parciais ou mesmo para blocos econômicos e políticos, sem levar em consideração a solidariedade mundial. A miséria do 3º Mundo põe em risco a sobrevivência de toda a humanidade.

Cada dia torna-se mais evidente que a condição ética se faz absolutamente necessária para a vida. Não se vive só de pão. Vive-se de ética. Ora, deixar continentes à míngua é tão violentamente anti-ético que a consciência da humanidade não poderá suportá-lo por muito tempo. Dentro dos próprios países ricos e marginalizantes, surgirão movimentos internos clamando por uma ética mundial. Não serão as maiorias, como já vimos acima. Posto sejam movimentos estatisticamente minoritários, dispõem de forte poder de mobilização, sobretudo com os atuais recursos da informação.

O movimento mundial em busca de uma Ética global, encabeçado pelas grandes tradições religiosas, a que aludimos acima, surge como esperança para romper a in-solidariedade atual e a crescente marginalização do 3º Mundo, especialmente da África.

Razões políticas e econômicas pesarão para acordar a solidariedade mundial. Pois trará custo maior para os países ricos deixar o 3º Mundo na miséria do que estabelecer com ele relações de solidariedade. A criação de muros ou *charters* da vergonha custará politicamente muito caro a determinados governos. Além disso, a proteção das fronteiras dos países e a construção de muros defensivos das mansões ricas trazem altos custos econômicos e de segurança. As ameaças de represálias, de atentados, de ações terroristas crescem à medida que a discriminação das nações e das camadas sociais também aumenta.

O avanço tecnológico da telemática, da microeletrônica, da robótica e de toda espécie de informação tem produzido um duplo efeito paradoxal. De um lado, introduz enorme queda nos custos com consequente crescimento da lucratividade. De outro, gera desemprego e descontentamento. Mais. A alta tecnologia aumenta também contraditoriamente a segurança e a insegurança. A segurança, porque se multiplicam os aparelhos detetores de perigos, os solucionadores automáticos de problemas. A tecnologia consegue criar rede interminável de controladores de controladores, diminuindo a possibilidade de falhas técnicas. Haja vista a segurança dos aviões, apesar dos desastres. Estatisticamente é o meio de transporte mais seguro. É menos perigoso andar de avião que a pé.

No entanto, estes mesmos sistemas defensivos e protetores geram, na mão de fanáticos e loucos, desastrosa insegurança. As possibilidades hoje de destruição são incalculáveis e não se confinam a nenhuma região, já que têm alcance intercontinental.

Ora bem, a existência de um 3º Mundo de miséria e de um 4º Mundo de frustrados aumenta potencialmente os riscos para toda a humanidade<sup>7</sup>. Mais pessoas são levadas a situações extremas da existência em que não têm nada a perder e, por isso, se tornam imensamente perigosas. É bem mais difícil planejar um atentado quando os executores querem manter sua vida. Mas, resulta terrivelmente difícil prevenir-se contra terroristas dispostos a morrer. Sua audácia chega a limites imprevisíveis e os riscos crescem sobremaneira.

---

<sup>7</sup> Ver as considerações dramáticas de: J. GIMPEL, *O fim do futuro: o declínio tecnológico e a crise do Ocidente*. Mem Martins (Portugal): Inquérito, 1993.

A solidariedade impõe-se, portanto, pelo lado da ética, da economia e da política. A solidariedade opõe-se ao doloroso processo de exclusão, de *apartheid* que divide os continentes, os países e, dentro deles, os grupos humanos. A resposta da solidariedade não pode restringir-se unicamente a ações solidárias, nem à criação de grupos encarregados de efetivar tais ações. Entra em questão a criação de uma cultura da solidariedade. E quando se fala de cultura, entende-se o modo de sentir, de pensar, de valorar, de interpretar a realidade, de relacionar-se com as pessoas. Desta sorte, a solidariedade, se ela se transforma em cultura, impregna toda a vida da sociedade e modifica, portanto, o universo das relações sociais, políticas e econômicas.

A solidariedade mundial está assumindo carne através dos novos movimentos sociais também mundiais: ecológico, pacifista, feminista, étnico, etc. Eles se caracterizam pela dimensão ética, fazendo apelo a uma sensibilidade coletiva em nome da paz, da democracia, da vida, contra a fome, a miséria e a discriminação. Ampliam o espaço da responsabilidade pessoal em relação ao futuro coletivo, local, nacional, planetário. Mantêm um caráter transnacional de sua ação pela formação de rede de organizações formais e informais que conectam núcleos de indivíduos e grupos a uma área de participantes mais ampla. Tornam-se uma forma de movimento, uma mensagem, um desafio simbólico aos padrões dominantes. Põem ênfase na visão holística com interpretações espirituais da situação humana, atraindo o potencial libertador das tradições religiosas, possibilitando a solidariedade entre atores sociais de países ricos e pobres, entre Norte e Sul, entre ecologistas e pacifistas. Formam-se redes com conteúdos éticos, unindo a luta pela sobrevivência e a defesa da natureza. Desta sorte, apontam para projeto alternativo em construção, transformam a sociedade no nível das ações concretas da sociedade civil (sem esquecer sua relação dialética com o Estado), iniciam novo modelo cultural, nova cultura política. Assiste-se à criação de novo sujeito social que redefine o espaço da cidadania, defendendo o direito de participar diante do fantasma da exclusão econômica, política, cultural, ideológica e religiosa. Nesse mesmo horizonte, estão as ONGs. Em 1986, falava-se de mais de 1000 ONGs atuando no Brasil, em diferentes campos: centro de educação popular, centro de promoção, centros de assessoria, centros de defesa de direitos humanos, ambientais, étnicos, da mulher, de menores e de outras minorias, etc.

Estas redes de movimentos buscam articulação de atores e movimentos sociais e culturais, têm caráter transnacional dentro de um pluralismo organizacional e ideológico, com atuação nos campos cultural e político. Criam-se assim novas utopias, não a partir de uma utopia totalizadora do passado, mas por redes de movimentos. Respeita-se aí o pluralismo ideológico e organizacional com imaginário e

prática democrática e tolerante em relação à diversidade social, mas não à desigualdade injusta e discriminatória. A transnacionalidade revela-se como espaço fértil à integração regional e internacional entre os povos sob o imaginário da paz e da não-violência<sup>8</sup>.

Com isso retomamos, como princípios fundamentais para a convivência humana, a mesma consigna da Revolução Francesa, mas no horizonte da situação de um mundo bem diferente.

#### ***4. As condições de realização de tais princípios***

Chegar a um consenso sobre estes três princípios não parece tarefa impossível, embora difícil. Os preconceitos e as interpretações facciosas dificultam a clarividência. Quanto mais uma nação pensa que já os vive e até mesmo é modelo para as outras, tanto mais difícil se torna a aceitação da discussão sobre sua interpretação. É o caso típico dos EE. UU., que se pensam modelo de liberdade, democracia e igualdade para todos os outros povos. E, na realidade, semeiam ditaduras e desigualdades, praticam terrorismos, destroem culturas diferentes. E isso foi dito numa carta que o Cardeal emérito de Boston escreveu ao Presidente Bush<sup>9</sup>.

No entanto, o problema crucial situa-se na esfera da realização prática. Como transformar em projetos factíveis, em ações programadas, a igualdade, a liberdade e a solidariedade entre as nações em vista de uma nova ordem internacional e da vida da humanidade?

Evidentemente só a conjugação dos mais diversos esforços de reflexão, de planeamento, de mobilização em todos os níveis torna possível encontrar soluções. De novo, vale a pena salientar a importância dos Encontros organizados pela ONU. Aí já se encontram muitos caminhos de solução, muitas resoluções importantes e excelentes. Falta vontade política dos governos para implementá-los e mobilização mundial para exigir o seu cumprimento.

#### ***5. Um palavra a partir da fé cristã***

Numa perspectiva da fé cristã e da libertação, percebemos outras possibilidades. O Cristianismo marcou culturalmente o mundo ocidental. Sem dúvida, a tríade de valores da Revolução Francesa difícil-

<sup>8</sup> I. SCHERER-WARREN, *Redes de movimentos sociais* = Estudos Brasileiros; 1, São Paulo: Loyola, 1993. pp. 115-123.

<sup>9</sup> *Cardeal Law ao presidente Bush: Verdades sobre a 'América'*, <http://www.forum-global.de/soc/bibliot/l-ele/law.htm>, acessado em 15 de julho de 2002.

mente seria inteligível fora do contexto cristão. Por isso, cabe uma breve reflexão teológica sobre os mistérios fundamentais da Revelação cristã e as conseqüências para a conduta humana. Restrinjo-me a três mistérios: a Trindade, a Encarnação e a Páscoa.

O mistério da Trindade, ao revelar algo da vida íntima de Deus, manifesta também verdade profunda sobre o ser humano. K. Rahner escreveu penetrante artigo mostrando que toda afirmação sobre Deus é uma afirmação sobre o ser humano. Não há teologia sem antropologia e vice-versa<sup>10</sup>.

“No princípio está a comunhão dos TRÊS, e não a solidão do UM”<sup>11</sup>. Em Deus, a comunhão, por assim dizer, precede a unidade. A comunhão de amor dos Três Divinos é tão grande, tão perfeita, infinita a ponto de ser uma Unidade. A Unidade nasce do amor dos Três. Não é tanto um Uno primordial que se desabrocha em Três, mas Três que comungam numa Unidade substancial.

L. Boff continua sua reflexão: “Se Deus significa três Pessoas em eterna comunhão entre si, então devemos concluir que nós também, seus filhos e filhas, somos chamados à comunhão. Somos imagem e semelhança da Trindade. Em razão disso, somos seres comunitários”<sup>12</sup>.

É impensável um futuro para a humanidade fora da dimensão comunitária. O inferno não são os outros (J. P. Sartre), mas a solidão (L. Boff), o individualismo, o fechamento em si. Socialmente falando, o inferno das nações, num duplo sentido, é seu fechamento. Perderão a dimensão de abertura, de solidariedade, de fraternidade, fazendo-se inferno para si. E os outros curtirão também o inferno de sua miséria. Numa palavra, será o inferno da humanidade, porque os que têm ficarão fechados em si, e os que não têm morrerão de fome.

A Trindade revela que o ser humano, como pessoa, e os seres humanos, como coletividade, não se podem pensar individualisticamente sem contradizer fundamentalmente sua estrutura humana, sua realização.

A estrutura humana na atual ordem histórica concreta é chamada à comunhão com a Trindade e com os irmãos. É marcada, portanto, como diz K. Rahner, por um “existencial sobrenatural”<sup>13</sup>, a saber, uma

<sup>10</sup> K. RAHNER, “Théologie et anthropologie”, in K. RAHNER, *Écrits théologiques*, v. 11, Paris: DDB/Mame, 1970, pp. 99-120.

<sup>11</sup> L. BOFF, *A Santíssima Trindade é a melhor comunidade*, São Paulo: Vozes, 1988, p. 23.

<sup>12</sup> L. BOFF, *op. cit.*, pp. 26s.

<sup>13</sup> K. RAHNER, *Curso fundamental da fé*, São Paulo: Paulinas, 1989, pp. 157ss.

estrutura ontológica chamada à comunhão Trinitária, mediada e concretizada pelas comunhões terrestres. Contradizer tal existencial, é, mais uma vez, negar a própria estrutura ontológica do ser humano. Ampliando a reflexão de K. Rahner, fica claro que uma coletividade também ela é afetada por esse último chamado de Deus à comunhão. Esta não se esgota entre os seus membros, mas se faz exigência de sempre maior abertura a outras comunidades. O caminhar da humanidade tem mostrado esse movimento de crescente ampliação das relações. Há muitos anos, João XXIII chamava a atenção para este fenómeno ao qual ele dava o nome de “socialização”<sup>14</sup>.

O termo globalização, empregado hoje para o mundo da economia e das infovias, vale também para uma comunhão nos valores maiores da fraternidade, solidariedade, amor. Na origem de tudo, está a Comunhão infinita dos Três Divinos.

O outro pilar da Revelação cristã é o mistério da Encarnação. Em termos bem simples, ele significa que o Verbo Divino, portanto, uma pessoa da Trindade, infinita, se fez homem, entrou na história humana. Doravante a eternidade divina e a história humana encontram-se na unidade de uma Pessoa.

A conseqüência maior para os seres humanos é a sua valorização e dignificação divina, infinita. Já não se entende um ser humano sem esta relação com seu valor e dignidade infinitos. Base última de toda igualdade, de toda liberdade, de todos os direitos humanos de cada pessoa<sup>15</sup>. Rejeição de todo racismo, de toda ideologia de superioridade, de todo privilégio natural.

Alargando tal reflexão para o campo social, vale dizer que toda nação, todo grupo humano goza de valor infinito, enquanto tocados pelo mistério da Encarnação. As opressões, as explorações, as dependências, as colonizações, as escravizações violentam radicalmente o mistério da Encarnação.

O terceiro mistério cristão é o pascal. É o mistério da morte e ressurreição de Cristo. É a passagem à glória pela humilhação. É a vitória que passa pelo fracasso. É o amor que triunfa pela entrega total de si. É o aproximar-se de Deus com o mais baixo da humanidade. É anunciar que toda mudança profunda vem desde mais baixo.

---

<sup>14</sup> JOÃO XXIII, *Mater et Magistra*, n° 59; B. SORGE, “Socializzazione e socialismo”, *Civiltà Cattolica* 114/1 (1963) 330.

<sup>15</sup> Também aqui podemos recordar o ensinamento de João XXIII na mesma encíclica: “Nem a justiça nem a paz poderão existir na terra enquanto os homens não tiverem consciência da dignidade que possuem como seres criados por Deus e elevados à filiação divina”, *Mater et Magistra* n° 215.

Em termos sociais, significa dar sentido a todas as lutas dos pobres com seus fracassos. Não existe fracasso definitivo, desde que o motor da luta seja a vida, o amor, a justiça. O único fracasso real é a obstinação no mal, no egoísmo radical, no fechamento total de si mesmo, no enclausuramento absoluto nos próprios interesses. Este mistério ilumina com outras luzes a história da humanidade. Rescreve-a com outra tinta. Já não mais desde os poderosos, os vencedores, os dominadores, os colonizadores, mas desde os pequenos, os sofridos, os dominados, os vencidos.

### **Conclusão**

A perspectiva cristã arvora-se em crítica aos poderes atuais que pensam a partir da força, do saber monopolista, do dinheiro, da imposição, da concorrência desvairada. Anuncia novas possibilidades utópicas para a humanidade desde que entenda a dimensão comunitária dos seres humanos e das coletividades. O mistério do valor infinito de cada pessoa, por mais miserável e pobre que seja, e finalmente o sentido último da luta dos pobres em vista da criação dessa nova humanidade ilumina-nos a história. A ressurreição é antecipada na história toda vez que, pela cruz da luta, se chega a uma sociedade justa, igualitária no poder, no saber e no direito, livre, solidária.

**João Batista Libanio SJ**, doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana – Roma (1968); é professor de Teologia na Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus em Belo Horizonte; fundador e membro da SOTER (Sociedade de Teologia e Ciências da Religião); membro do Conselho Arquidiocesano de Pastoral de Belo Horizonte, e autor de muitas obras, entre as quais, de publicação recente: *Deus e os homens: os seus caminhos*, Petrópolis: Vozes, 3ª ed. 1996; *Cenários da Igreja*, Coleção CES – 2, São Paulo: Loyola, 2ª ed. 1999; *Teologia da Revelação a partir da modernidade*, Coleção Fé e Realidade – 31, São Paulo: Loyola, 4ª ed. 2000; *Eu Creio – Nós Cremos: Tratado da Fé*, Coleção Theologica – 1, São Paulo: Loyola, 2000; *As lógicas da cidade, o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*, Coleção Theologica – 2, São Paulo: Loyola, 2001; *A arte de formar-se*, Coleção CES – 10, São Paulo: Loyola, 2001; *Introdução à vida intelectual*, Coleção Humanística – 1, São Paulo: Loyola, 2001.

**Endereço:** Caixa Postal 5047  
31611-970 *Belo Horizonte* — MG  
e-mail: isiprof.bhz@zaz.com.br